

SUAS CONTAS

Consulte
a seção
Suas Contas
na Pág. 3

O ESTADO DE S. PAULO

Economia

& NEGÓCIOS

TERÇA-FEIRA - 22 DE SETEMBRO DE 1992

O ESTADO DE S. PAULO - 1

Dívida Ext

País fecha proposta de acordo com credores

Acerto para reestruturação da dívida de US\$ 44 bilhões com bancos foi anunciada ontem em comunicado conjunto em Washington

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, anunciou ontem, em comunicado conjunto com o comitê assessor dos bancos credores, a conclusão da proposta de acordo de reestruturação da dívida de US\$ 44 bilhões com os bancos comerciais. O acordo de princípio sobre essa parcela da dívida ex-

terna foi definido em julho. Existe uma dívida oficial de longo prazo negociada com o Clube de Paris e uma de curto prazo que é rolada normalmente no mercado financeiro. O total da dívida externa era de US\$ 119 bilhões há um ano.

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, confirmou que recomendará o acordo à comunidade financeira internacional. "Disse ao ministro que a crise política

brasileira é um teste precioso para a democracia", afirmou ao *Estado*. Marcílio festejou também a assinatura de dois empréstimos, no total de US\$ 300 milhões, do Eximbank do Japão para o Brasil — os primeiros que o banco oficial japonês concede ao País desde 1985.

O senador opositor José Fogaça (PMDB-RS), que integra a delegação oficial à reunião do FMI, elogiou o acordo e previu sua aprovação pelo Senado, que

terá de referendar o texto antes de ele ser formalmente apresentado aos mais de 600 bancos credores e 400 outros investidores. O processo de adesão ao acordo só deverá ser concluído no ano que vem.

O ministro Marcílio disse que a aprovação de uma reforma fiscal pelo Congresso é a condição colocada pelo FMI para renegociar as metas do programa do ajustamento da economia com o qual se comprometeu, no início do ano, e não

cumpriu. O acordo do Brasil com o Fundo, embora tecnicamente em vigor, está suspenso. A reativação plena é indispensável para garantir a adesão dos credores ao acordo e parte dos recursos que o Brasil investirá no financiamento das garantias aos bancos que aderirem à proposta, aceitando trocar a dívida velha por bônus de garantia.

■ Mais informações na página 3